

# Adaptações curriculares

As ações que orientam um país, sobretudo aquelas que envolvem determinações sociais, muitas vezes não conseguem uma projeção significativa sem o apoio da escola.

Como o mais antigo espaço democrático, a escola tem em sua história a inclusão de todas as realidades sociais. Pobres, pretos, brancos, homens, mulheres e crianças, com o passar dos anos foram compondo esse espaço pedagógico e a partir dele conheceram e vivenciaram diferentes realidades: “as escolas comuns com essa orientação integradora representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos” (CONFERÊNCIA..., 1994).

O que a escola e a sociedade precisam assimilar e que se faz cada vez mais imprescindível é a necessidade de reinventar não só a educação especial, mas também a educação regular, uma vez que ambas, em seus princípios de ensinar e incluir, não estão conseguindo atender a sua clientela de forma específica, de acordo com a singularidade de seus sujeitos. Clientela esta que em ambos os casos possuem necessidades educacionais especiais. Ofertar uma educação de acordo com o perfil subjetivo de cada aluno representa o que vem a ser uma educação inclusiva, sem bastar-se apenas no aluno dito deficiente.

Por essa razão, o reflexo de uma escola inclusiva recai sobre a sociedade, a qual aos poucos vem assimilando que a pessoa com necessidades especiais apresenta dificuldades inerentes aos seres humanos e não somente em razão da sua limitação física.

A sociedade contemporânea deve estar se preparando para receber, oportunizar e respeitar a diversidade, para através dessa ação reconhecer e viver harmoniosamente com as várias experiências humanas.

O processo de inclusão não deve ser visto como uma mudança do sujeito com necessidades especiais em relação à sociedade, e sim, da so-

cidade em relação a esse sujeito, uma vez que é cada vez maior o número de pessoas com necessidades especiais em nossa sociedade, o que inclui, além daqueles com limitação física, o miserável, o analfabeto, o negro, o índio, o idoso, a criança, entre outros.

Por esses dados, a limitação do sujeito especial não representa a limitação dos seus direitos. O que se deseja é a oferta de um ambiente rico em possibilidades sociais e materiais para que todas as pessoas portadoras de necessidades especiais possam participar dos bens sociais e culturais que historicamente lhes foram negados.

A qualidade do processo de inclusão exige uma estrutura organizacional da instituição, que envolve reconhecer:

- grau de deficiência;
- potencialidades de cada criança;
- idade cronológica;
- idade corrigida (confrontar se a idade que o aluno tem corrobora com o nível de desenvolvimento da mesma, ou se está aquém ou além desta);
- disponibilidade de recursos humanos e materiais;
- condições socioeconômicas, culturais e estruturais da região.

Além desse levantamento, é importante que haja o envolvimento da comunidade onde a escola se insere, como também uma estruturação do Projeto Político Pedagógico da escola para atender a essa demanda.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) argumenta sobre o tema:

Em busca da cidadania e da formação de uma sociedade igualitária, a ação educativa deve promover o convívio com a diversidade, que é marca da política democrática do Brasil. Essa diversidade não estreita somente as diversas culturas, os hábitos, e os costumes, mas também diz respeito às competências, às particularidades de cada um.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), dentro do item que trabalha a diversidade, ressalta que:

As adaptações curriculares previstas nos níveis de concretização apontam a necessidade de adequar objetivos, conteúdos e critérios de avaliação, de forma a atender a diversidade existente no País. Desta forma, a atuação do professor em sala de aula deve levar em conta fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno [...]. Trata-se de garantir condições de aprendizagem a todos os alunos, seja por meio de incrementos na intervenção pedagógica ou de medidas extras que atendam às necessidades individuais.

A inclusão na escola regular implica a adaptação curricular e a revisão da metodologia de ensino, o que se trata de um benefício não apenas para a criança “deficiente” e sim para os alunos como um todo, uma vez que o sistema de aulas eminentemente expositoras não contempla as necessidades dos alunos do ensino regular (o sistema de aulas no formato de palestras, que envolve apenas a atenção visual e auditiva, não contribui para o desenvolvimento de outras habilidades e acaba tornando as aulas apenas como rituais).

## Adaptação curricular de pequeno e grande porte

Para a concretização das adaptações curriculares que se fizerem necessárias no sistema educacional, o Projeto Escola Viva, de 2000, elaborado pelo Ministério da Educação, divide as adaptações curriculares em dois níveis:

- 1) Adaptação de Grande Porte: ações que são da competência e atribuição das instâncias político-administrativas superiores, já que exigem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática.
- 2) Adaptação curricular de Pequeno Porte: ações que cabem aos professores, para realizar e favorecer a aprendizagem de todos os alunos presentes em sala de aula [...] não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa e/ou técnica [...] podem ser implementadas em várias áreas e momentos da atuação do professor: na promoção do acesso ao currículo, nos objetivos de ensino, no conteúdo ensinado, no método de ensino, no processo de avaliação, na temporalidade.

Nesses termos, tudo aquilo que estiver ao alcance do professor para melhorar a qualidade de atendimento do seu aluno em sala de aula configura-se como Adaptação de Pequeno Porte, por sua vez, o que não couber ao professor realizar, este tem o dever de comunicar às instâncias escolares superiores as adaptações de Grande Porte que se fizerem necessárias. Ressalta-se que o processo de inclusão não é responsabilidade exclusiva do professor, mas como posto, da sociedade e do Poder Público como um todo.

O documento Projeto Escola Viva sugere ainda algumas adaptações curriculares que poderão ser aplicadas nas escolas:

- Fornecer uma cópia dos textos com antecedência, assim como uma lista da terminologia técnica utilizada na disciplina, para o aluno tomar conhecimento das palavras e do conteúdo da aula a ser lecionada;
- A disponibilidade de Intérprete;
- Este estudante poderá necessitar de tempo extra para responder aos testes;
- O professor deve falar com naturalidade e clareza, não exagerando no tom de voz (não bloquear a área à volta da boca);
- O professor deve evitar estar em frente à janela ou outras fontes de luz, pois o reflexo pode obstruir a visão;
- Supressão de atividades que não possam ser alcançadas pelo aluno surdo (ditado), substituindo-as por outras mais acessíveis e significativas;
- Cada criança deve receber atendimento de acordo com sua realidade, para poder vivenciar e explorar ao máximo suas potencialidades. (BRASIL, 2000)

Tendo em vista que a escola deve adequar-se ao aluno, e não o oposto, a singularidade do aluno é revista, entendendo-se que as suas necessidades educacionais especiais devam ser respeitadas, e no caso da surdez, entre outras coisas, destacam-se as de ordem linguística. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) orientam sobre “a importância da língua de sinais como meio de comunicação para os surdos, e ser assegurado a todos os surdos acesso ao ensino da língua de seu país”.

O mesmo documento ressalta a importância dos conteúdos escolares serem passados aos alunos por meio da língua de sinais. A passagem dos conteúdos escolares devem ser realizados através de um intérprete, por entender que o professor do ensino regular não deverá usar simultaneamente duas línguas distintas, como meio de interagir com os seus alunos surdos e ouvintes. (BRASIL, 2004, p. 14 – o município).

Nesse caso, temos o exemplo de uma adaptação curricular de grande porte, uma vez que para a contratação de um intérprete, faz-se necessário o envolvimento de instâncias superiores, como a solicitação da gestão escolar e a liberação desse profissional por Secretaria de Educação, quer seja ela, municipal, estadual, federal, ou por contrato particular.

Para melhorar os conhecimentos linguísticos dos seus alunos, as Diretrizes (BRASIL, 2001, p. 51) recomendam, ainda, que os professores de surdos tenham “o conhecimento sobre Língua Portuguesa e de sinais, Letras e Linguística, compreendendo que tais conhecimentos são fundamentais para a qualidade do atendimento”.

Diferente do que comumente se aplica, os conteúdos curriculares a serem desenvolvidos para o aluno surdo deverão ser os mesmos trabalhados com os alunos ouvintes. Para melhor atender as especificidades dessa clientela, faz-se necessária a utilização de materiais visualmente ricos, como: jornais, revistas, propagandas, noticiários de TV, computadores e outros. O formato da apresentação diversifica a dinâmica da aula e a forma de apresentação dos conteúdos, amplia os conhecimentos, contribuindo com a prática tanto da escola comum quanto da especial, propiciando maior motivação para a aprendizagem, tanto para o aluno surdo, como para o ouvinte.

As Diretrizes Curriculares para a Educação Especial de Curitiba (2006) orientam o professor nos seguintes itens:

- posicionar o aluno na parte da frente da sala, sem obstáculos visuais entre ele e o professor;
- dar instruções curtas, claras, bem pronunciadas;
- solicitar ao aluno que relate o que entendeu antes de iniciar qualquer atividade;
- não falar com a classe enquanto escreve na lousa;
- escrever, desenhar, dramatizar e usar outros meios visuais ao usar conceitos curriculares novos;
- atender individualmente o aluno no caso de uma necessidade peculiar;
- pedir para que os alunos falem, gesticulem e usem sinais sempre de frente do aluno;
- tocar levemente o braço do aluno quando quiser se comunicar;
- pedir o apoio de uma intérprete;
- o professor deverá ter consciência que não deverá ocorrer a obrigatoriedade de todos os estudantes atingirem o mesmo grau de abstração ou de conhecimento num determinado tempo.

## Avaliação

As necessidades do aluno surdo deverão ser pensadas também no momento da avaliação. Os objetivos, procedimentos, métodos e instrumentos de avaliação deverão ser compatíveis com as necessidades do aluno surdo, sobretudo no que diz respeito à forma com que esse aluno escreve. É fundamental para o professor maior atenção ao conteúdo que o aluno escreve e não à forma com que ocorre essa expressão, pois como se sabe, a língua natural do surdo é a Libras, sendo a Língua Portuguesa uma segunda língua e estando esta no processo de aquisição.

Algumas crianças surdas têm possibilidade de adquirir e desenvolver a linguagem oral, utilizando a fala para se comunicar. Outras, por características pessoais e também em decorrência do ambiente familiar que crescem, apresentam linguagem oral mínima, que deve ser complementada com outras formas de comunicação (escrita e por sinais). (BRASIL, 2000)

A observação dos alunos dentro e fora de sala de aula também é uma forma de avaliação. Assim podemos analisar se o aluno:

- apresenta trocas, omissões ou inserções de fonemas tanto na escrita quanto na fala;
- em debates, atividades em grupo ou em palestras o aluno parece estar “perdido”, “desorientado”;
- responde a um chamado em voz normal, ou se procura a fonte sonora quando alguém lhe dirige a palavra;
- movimenta a cabeça usando mais um dos ouvidos, o que pode representar uma perda de audição maior no outro ouvido;
- num diálogo o aluno sempre pede para que repita a mensagem, fixa-se aos seus lábios e demonstra maior compreensão quando estes são acompanhados por gestos e outros apoios visuais.

Nesses casos, é importante que a escola oriente a família a procurar profissionais como fonoaudiólogo e otorrinolaringologista, na tentativa de receber orientações sobre a surdez e como deverá manipular o AASI (Aparelho de Amplificação Sonora Individual) do aluno.

---

## Texto complementar

### Adaptações curriculares: no ajuste do sistema educacional para o acolhimento de todos

(BRASIL, 2000)

O processo de construção de um sistema educacional inclusivo é, como já o dissemos anteriormente, responsabilidade de todos os que fazem parte da sociedade.

Cabe à população, de maneira geral, a conscientização de que as pessoas com deficiência fazem parte da sociedade e, portanto, têm o direito de serem atendidas em suas necessidades especiais, no corre-corre de nosso cotidiano.

Da mesma forma, cabe à população interagir dignamente com as pessoas que apresentam necessidades especiais. À administração municipal cabe mapear as pessoas com deficiência existentes na comunidade, identificar suas necessidades especiais, planejar a implementação dos ajustes necessários para que se possa acolhê-las e a elas responder efetivamente, garantindo o orçamento para a implementação desses ajustes. Cabe às áreas de atenção pública (Educação, Saúde, Assistência Social, Trabalho, Cultura, Esporte e Lazer, Planejamento e Orçamento etc.) se ajustarem, de forma a garantir o acesso e a possibilidade de participação das pessoas com deficiência em todos os recursos e serviços disponíveis à população.

Aos profissionais cabem as ações técnicas, em cooperação transdisciplinar; aos órgãos de representação, o diagnóstico das necessidades, o planejamento de ações que promovam a inclusão e a fiscalização da ação pública no ajuste da sociedade; às famílias, a cooperação com os órgãos públicos, profissionais e população em geral, no sentido de acessar o espaço comum e dele participar; às pessoas com deficiência, conviver digna e respeitosamente na diversidade, explicitando quais são suas necessidades e solicitando os recursos e serviços de que necessitam para que possam acessar, frequentar e participar dos espaços comuns da vida em sociedade.

Especificamente no que se refere ao campo da Educação, entretanto, pretendemos aqui nos aprofundar, detalhando com maior objetividade as competências e atribuições, bem como as ações que se encontram envolvidas na busca da construção de um sistema educacional inclusivo.

---

## Dica de estudo

Acesse: <[www.fc.unesp.br/~lizanata/tcc/adapatacoescurriculares.html](http://www.fc.unesp.br/~lizanata/tcc/adapatacoescurriculares.html)>. Nesse endereço você encontrará dicas sobre adaptações curriculares no ambiente de sala de aula, numa linguagem clara e objetiva as necessidades do professor e do aluno. Bom estudo!

---

## Atividades

1. O que é adaptação curricular de pequeno porte?

---

---

---

---

2. O que é adaptação curricular de grande porte?

---

---

---

---

3. Como deve ser feito o processo de inclusão?

---

---

---

---

---

---

---

## Gabarito

1. Adaptação curricular de pequeno porte: "... ações que cabem aos professores, para realizar e favorecer a aprendizagem de todos os alunos presentes em sala de aula [...] não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa e/ou técnica [...] podem ser implementadas em várias áreas e momentos da atuação do professor: na promoção do acesso ao currículo, nos objetivos de ensino, no conteúdo ensinado, no método de ensino, no processo de avaliação, na temporalidade".



2. Adaptação de grande porte: "... ações que são da competência e atribuição das instâncias político-administrativas superiores, já que exigem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática..."
3. O processo de inclusão não deve ser visto como uma mudança do sujeito com necessidades especiais em relação à sociedade, e sim, da sociedade em relação a este sujeito, uma vez que é cada vez maior o número de pessoas com necessidades especiais em nossa sociedade.

A qualidade do processo de inclusão exige uma estrutura organizacional da instituição, que envolve reconhecer:

- grau de deficiência;
- potencialidades de cada criança;
- idade cronológica;
- idade corrigida (confrontar se a idade que o aluno tem corrobora com o nível de desenvolvimento da mesma, ou se está aquém ou além dessa);
- disponibilidade de recursos humanos e materiais;
- condições socioeconômicas, culturais e estruturais da região.

Além desse levantamento, é importante que haja o envolvimento da comunidade onde a escola se insere, como também uma estruturação do Projeto Político Pedagógico da escola para atender a essa demanda.

---

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, MEC/SEF, 1998. 3. v.: il.

\_\_\_\_\_. Projeto Escola Viva. **Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola**: alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Declaração de Salamanca.** Salamanca, Espanha, 1994.

ARANHA, Maria Salete Fábio (Org.) **Educação Inclusiva:** o município. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

